

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

**Programa Fica Vivo no Palmital:  
Os jovens atendidos e suas percepções sobre o Programa**

Fernanda de Paula Carvalho

**Belo Horizonte**  
**2009**  
Fernanda de Paula Carvalho

**Programa Fica Vivo no Palmital:  
Os jovens atendidos e suas percepções sobre o Programa**

Monografia apresentada ao curso de pós graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas.

Orientadora: Ana Amélia de Paula Laborne

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte

2009

Monografia intitulada: *Programa Fica Vivo no Palmital: Os jovens atendidos e suas percepções sobre o Programa*, de Fernanda de Paula Carvalho, apresentada no curso de Especialização em Políticas Públicas das Universidade Federal de Minas Gerais, em 30 de julho de 2009. Orientada e aprovada por :

---

Ana Amélia de Paula Laborne

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Belo Horizonte  
2009

*Eu acredito é na rapaziada  
Que segue em frente e segura o rojão  
Eu ponho fé é na fé da moçada  
Que não foge da fera e enfrenta o leão  
Eu vou à luta com essa juventude  
Que não corre da raia a troco de nada  
Eu vou no bloco dessa mocidade  
Que não tá na saudade e constrói  
A manhã desejada  
(Gonzaguinha)*

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Ana Amélia, minha amiga e companheira de trabalho que sempre irei admirar. Obrigada pelo incentivo e apoio!

À equipe do Fica Vivo! do Palmital. Ju Fontes, Ju Baldo, Ana Amélia, Tiago, Renata e Ana Maria. Compartilhamos alegrias, conquistas, angustias, perdas e sempre é muito bom saber que ao ir ao trabalho vou encontrar com vocês!

À Naiara e Taty, também Fica Vivo!, pelo carinho em todas as horas.

Ao Raphael, meu amor! pelo carinho e paciência.

À toda a minha família, a quem devo agradecimentos eternos.

## RESUMO

Na década de 90, com o aumento expressivo dos fenômenos violentos no país e o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil, alguns estudiosos e o Poder Público começam a pensar na reorganização do sistema de Segurança Pública. No estado de Minas Gerais, diante de uma realidade de crescente violência e criminalidade, os órgãos responsáveis se vêem com a árdua tarefa de pensar outro modelo para Segurança Pública. Nesse contexto de reestruturação da segurança pública surgem em âmbito estadual as políticas de prevenção à criminalidade que têm como diretriz fundamental o conceito de Defesa Social. Entre essas políticas, destacamos o Programa de Controle de Homicídios do Estado de Minas Gerais – Fica Vivo! Esse Programa tem por objetivo principal diminuir os índices de homicídios nas áreas atendidas pelo Programa. Para tal, o Programa Fica Vivo! tem como público jovens de 12 a 24 anos, moradores de regiões vulneráveis do estado, onde os índices de homicídios são crescentes. A implementação do Programa no bairro Palmital em Santa Luzia aconteceu em 2005 e desde então se percebeu, de forma geral, uma diminuição nos números que indicam o cenário violento da região. A pesquisa proposta neste trabalho tem por objetivo conhecer e analisar o perfil dos jovens atendidos pelo Programa Fica Vivo no Palmital, buscando construir o perfil destes e compreender mais especificamente qual a apropriação que esses sujeitos fazem do Programa. Outro objetivo seria identificar limitações dessa política pública para, dessa maneira, avançar na compreensão do público atendido, a saber, a juventude, em sua relação com o Programa.

Palavras chaves: Segurança Pública, Programa Fica Vivo, juventude.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AISP's - Áreas Integradas de Segurança Pública

COHAB – Companhia de Habitação Popular

CRISP - Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade de Minas Gerais

IGESP - Integração e Gestão de Segurança Pública

PM - Polícia Militar

PRONASCI- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

SEDS - Secretaria de Estado de Defesa

SIDS - Sistema Integrado de Defesa Social

SPEC - Superintendência de Prevenção à Criminalidade

SUAPRIS - Subsecretaria de Administração Prisional

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Sexo .....	32
Tabela 2 – Idade .....	33
Tabela 3 – Raça/Cor .....	34
Tabela 4 – Estado civil .....	35
Tabela 5 – Filhos .....	35
Tabela 6 – Documentos .....	35
Tabela 7 – Carteira de Identidade .....	36
Tabela 8 – Escolaridade .....	37
Tabela 9 – Composição Familiar I.....	37
Tabela 10 – Composição FamiliarII .....	38
Tabela 11 – Tipo de Habitação .....	39
Tabela 12 – Renda Familiar .....	39
Tabela 13 – Trabalho remunerado .....	40
Tabela 14 – Envolvimento com a criminalidade .....	40
Tabela 15 – Medida Sócio Educativa .....	41
Tabela 16 – Já esteve preso? .....	41
Tabela 17 – Conhece alguém envolvido com a criminalidade? .....	41
Tabela 18 – Como ficou sabendo do Fica Vivo? .....	43
Tabela 19 – Você sabe quais são os principais objetivos do FV? .....	43
Tabela 20 – Identifica mudança na comunidade após a chegada do FV? .....	44
Tabela 21 – Atendimento pela equipe técnica .....	46
Tabela 22 – Espaço para dizer da questão pessoal .....	47
Tabela 23 – Ação/evento em escolas da região .....	47
Tabela 24 – Ação/evento em postos de saúde .....	53
Tabela 25 – Encaminhamento para cursos .....	54
Tabela 26 – GEPAR .....	55
Tabela 27 – Relação jovem-polícia .....	56
Tabela 28 – Ação/evento com a policia .....	56



## SUMÁRIO

Introdução .....	10
1. Capítulo 1	
Contexto político: As políticas de Segurança Pública e o conceito de Defesa Social em Minas Gerais - o Programa Fica Vivo!	
1.1. Políticas de Segurança Pública .....	12
1.2 . O conceito de Defesa Social em Minas Gerais .....	14
1.3. O Programa de Controle de Homicídios do Estado de Minas Gerais .....	17
2. Capítulo 2	
A condição juvenil e o Programa Fica Vivo!	
2.1. Juventudes: Quem são os jovens? .....	21
2.2. Políticas Públicas para a Juventude .....	23
2.3. Juventude e Políticas Públicas de Prevenção à Criminalidade .....	25
3. Capítulo 3	
O Fica Vivo! no Palmital: quem são esses jovens?	
3.1. O Programa Fica Vivo! e os jovens no Palmital .....	28
3.2. Procedimentos metodológicos .....	31
3.2.1 Análise .....	32
Considerações Finais .....	59
Referências Bibliográficas .....	63
Anexos .....	65

## Introdução

A juventude é um tema cada vez mais presente na sociedade contemporânea, tanto nos espaços acadêmicos de discussão e investigação como nas agendas para o desenvolvimento de políticas públicas.

Nessa perspectiva, essa categoria de análise tem sido cada vez mais entendida para além de apenas um objeto de estudo ou alvo de políticas públicas. O que tem se buscado com ações e pesquisas no campo da Sociologia das Juventudes é um alinhamento para a promoção de um protagonismo juvenil.

Corroborando com esses estudos (Spósito, 2003; Dayrell, 2003), esse trabalho tem como objeto de estudos os jovens atendidos em um Programa de Prevenção à Criminalidade do Governo de Estado de Minas Gerais, a saber, o Programa Fica Vivo!. Mais especificamente, estamos interessados em identificar o perfil de jovens moradores do bairro Palmital do município de Santa Luzia – MG, de 12 a 24 atendidos pelo Programa Fica Vivo!. O objetivo da pesquisa é conhecer e analisar o perfil destes jovens e compreender a apropriação que fazem do Programa.

Para tal se tornou necessário tomar como ponto de partida o estudo de uma política pública recente e inovadora que tem por principal objetivo prevenir a entrada desses jovens na criminalidade, mas principalmente diminuir as taxas de homicídios em determinadas regiões do Estado de Minas Gerais. Aliada à essa perspectiva, não poderíamos desconsiderar que o público atendido por esse Programa são jovens entre 12 e 24 anos, moradores de regiões que apresentavam, até 2005, um alto índice de homicídios.

Assim, no primeiro capítulo discute-se o contexto das políticas de segurança pública e a defesa social em Minas Gerais a partir da perspectiva inaugurada pelo conceito de defesa

social e sua articulação com a implementação do Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo!

No segundo capítulo privilegiamos a discussão sobre o conceito de juventude, as condições nas quais essa juventude é vivenciada por esses sujeitos e como essas questões se articulam com as políticas públicas para juventude. O objetivo principal é dar ênfase aos jovens que participam das oficinas. Nesse processo, alguns questionamentos são pertinentes. Será que esses jovens entendem esses espaços enquanto possibilidades viáveis de socialização? Como esses sujeitos expressam as contingências de sua condição juvenil? De que forma se estabelecem os laços que esses sujeitos fazem com esses espaços? Essas são algumas indagações que se colocam para o presente trabalho.

No terceiro capítulo discute-se sobre a região onde vivem esses jovens, o bairro Palmital no município de Santa Luzia- MG. Foi preciso também trazer elementos que nos permitam entender melhor o Programa Controle de Homicídios – Fica Vivo! no Palmital e o contexto no qual se encontra essa comunidade. Esses cuidados nos possibilitam compreender melhor a realidade desses jovens. Nesse capítulo também são apresentados os dados que nos ajudam a delimitar o perfil desses jovens, bem como sua percepção sobre o Programa Fica Vivo!, e o caminho metodológico utilizado nessa investigação.

## **Capítulo 1 – Contexto político: As políticas de Segurança Pública e a Defesa Social em Minas Gerais e o Programa Fica Vivo!**

### **1.1 – Políticas de Segurança Pública**

Historicamente o conceito de segurança pública no Brasil sempre esteve associado exclusivamente à segurança do Estado. Durante os regimes ditatoriais a forma de garantir a ordem do país seguia a lógica da supressão de direitos dos cidadãos. Em contraposição a esse período, hoje nos regimes democráticos a segurança estaria relacionada exatamente à garantia dos direitos e a liberdade adquirida.

Segundo o texto-base<sup>1</sup> elaborado em 2009 pelo Ministério da Justiça com contribuições de algumas entidades, a Constituição de 1988 foi propulsora para mudanças relevantes em muitos campos das políticas públicas. Porém estas não alcançaram o da segurança pública, não sendo então apontadas reformas necessárias no texto constitucional do nosso país. Conseqüentemente as instituições e o aparato disponíveis (forças policiais, Sistema de Justiça e outros) passaram apenas por mudanças superficiais e insuficientes. O Estado ao invés de assumir a postura propositiva apenas reagia à violência extrema e as pressões da opinião pública.

Nesse sentido, Batitucci (2008) comenta que a definição e constituição do campo da segurança pública no Brasil tiveram origem conflituosa. O autor afirma que grande parte dos dirigentes em todos os níveis de governo demonstrou durante muito tempo uma certa omissão na responsabilidade de enfrentar o fenômeno da violência como uma questão política, ou seja, passível de inclusão na agenda do debate e das Políticas Públicas.

---

<sup>1</sup> Elaborado pelo Ministério da Justiça, com contribuições das entidades representadas no Fórum Preparatório e na Comissão Organizadora Nacional da 1ª Conseg (Conferência Nacional de Segurança Pública), tendo como objetivo orientar o processo de discussões nas diversas etapas do evento.

A incapacidade de outros setores de construir uma interlocução com o campo da segurança pública e também de se construir um campo social de produção desta como um espaço inclusivo, com participação de vários e diferentes atores dão o tom da segurança pública no Brasil durante muitos anos.

A partir da década de 90 com o início do desenvolvimento das políticas públicas no Brasil e diante do aumento expressivo dos fenômenos violentos no país, a segurança pública, que era tradicionalmente tratada somente com problema de polícia, passa a ser discutida e avaliada em espaços políticos e acadêmicos do país.

O que percebemos é que, aos poucos, essa temática tem encontrado pontos de contato e interlocução com outras áreas do conhecimento. Esse processo é extremamente rico na medida em que a violência é entendida como um fenômeno amplo, que necessita de um debate multidisciplinar para que possamos discutir avanços e possibilidades.

Pensando em uma perspectiva mais governamental, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) criado em 2007 vem mostrar essa mudança de perspectiva no entendimento sobre as políticas públicas de segurança no Brasil.

Segundo o Texto-Base Ministério da Justiça, o Pronasci

(...) explicita a mobilização de esforços na consolidação desse novo paradigma e impulsiona diversas boas práticas que vêm sendo construídas no Brasil ao longo da última década. (p. 13).

Nessa perspectiva, essa nova diretriz tem como marca o “enfrentamento da violência e da sensação de insegurança, numa junção de políticas de segurança com ações sociais” (p.13)

É neste momento que o entendimento sobre a prevenção ganha um novo sentido. A consolidação desta nova perspectiva política sinaliza como a questão da segurança pública começa a ser encarada no Brasil.

Em Minas Gerais, segundo Batitucci (2008), a criação da Secretaria de Estado de Defesa (SEDS) representa um enorme avanço institucional, principalmente em relação ao

Sistema de Justiça Criminal em Minas Gerais. A SEDS pretende, através da organização racional das atividades a serem desenvolvidas entre as instituições do sistema, atender uma demanda emergente de consolidação de uma abordagem técnica voltada para a produção sistemática de políticas públicas na área de Segurança Pública.

Outro avanço institucional da política de segurança pública em Minas Gerais diz respeito ao enfrentamento dos problemas de Segurança a partir da perspectiva sistêmica. Com a criação da Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPRI) buscou-se a adequação organizacional e técnica para a questão prisional em Minas Gerais e o compartilhamento de prioridades entre as necessidades logísticas e políticas de cunho institucional, operacional e de prevenção à criminalidade.

A divulgação dos indicadores de conjuntura criminal e a emergência de políticas específicas de gestão do sistema ( Sistema Integrado de Defesa Social – SIDS, A Integração e Gestão de Segurança Pública – IGESP e as Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP's) intensificam e qualificam os instrumentos de controle social das políticas de segurança pública.

Batitucci (2008) afirma que os investimentos na organicidade institucional e na priorização de recursos para a consolidação das Políticas de Prevenção à Criminalidade podem ser caracterizados como um avanço nesse tipo de política.

O reconhecimento da importância da questão e alocação de recursos, a necessidade emergente de integração entre as organizações policiais, seja nas atividades operacionais com integração de dados e informações ou treinamento e capacitações, caracterizam outras mudanças significativas das políticas voltadas para segurança pública. É nesse contexto que o sentido de defesa social foi sendo pensado em Minas Gerais.

## **1.2 – Defesa Social em Minas Gerais**

A Constituição de 1988 no artigo 144 declara segurança pública como dever de Estado e responsabilidade de todos. Diante do entendimento desse conceito que se constitui o sentido para Defesa Social.

Segundo Câmara (2007) Defesa Social pode ser entendida como um conjunto de mecanismos coletivos, públicos e privados, para a preservação da paz social. É a defesa simultânea do Estado e das garantias constitucionais partindo de três vertentes: garantia dos direitos individuais e coletivos, a segurança pública e o enfrentamento de calamidades.

Segurança Pública seria então parte de um todo maior, se constituindo dentro de um conceito mais amplo de “paz social”. O objetivo deixa de ser somente “defesa do Estado para ser a paz” (Câmara, 2007, p.1).

Segundo Fonseca (2008), com base em estudos construídos a partir da visão ampliada do conceito de Defesa Social, e diante do contexto de elaboração da Constituição Estadual em 1989, a Defesa Social é incluída na Constituição do Estado de Minas Gerais, apoiada sobre os pilares da Segurança Pública, da Defesa Civil, do Socorro/Assistência e da Integração Social para Prevenir a Violência, conforme previsão do artigo 133 desta Constituição.

José do Espírito Santo e Amauri Meireles, dois brilhantes oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais, produziram estudos a respeito, chegando a conclusões semelhantes, que apontaram a necessidade de ampliação do conceito da Defesa Social, que deveria incluir a proteção contra “atos anti-sociais e outras ameaças aos bens, valores e interesses da sociedade, de origem humana ou não. Seriam objeto de proteção os direitos humanos, econômicos, políticos, culturais e sociais, aqui incluída a proteção ao meio ambiente e da qualidade de vida. (FONSECA, 2008, p.1)

O autor afirma que em 2003, com a criação da Secretaria de Defesa Social, a política pública mineira se materializa com a integração operacional da Polícia Militar e da Polícia Civil, produzindo resultados na redução dos índices de criminalidade, através da Gestão Integrada da Segurança Pública, servindo de modelo e inspiração a outros Estados do Brasil.

É importante contextualizar sobre o cenário da criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais neste período. Durante a década de 90, segundo pesquisas e estudos do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade de Minas Gerais -CRISP o

padrão de criminalidade em Minas Gerais sofre alteração e as pesquisas apontam para um aumento expressivo das taxas de homicídios em algumas regiões do Estado.

Segundo Beato (2005) no texto “Estudo de Caso do Programa Fica Vivo” em algum momento dos anos 90 o quadro de tranqüilidade que pairava sobre o estado de Minas Gerais começa a mudar.

A partir de 1998, a cidade (Belo Horizonte) que contabilizava algo em torno de 300 homicídios por ano, começa a assistir a um crescimento vertiginoso dos crimes violentos em geral. Dos 325 homicídios registrados pela polícia civil do estado em 1997, passou-se para 433 em 1998; 505 e 697 nos dois anos seguintes, até chegar a 701 em 2001. Dobrou-se o número de homicídios em apenas 4 anos, configurando-se uma tendência que chega até 2003 com o alto número de 1150 mortes por homicídios. (BEATO, 2005, p?)

Diante da complexidade do fenômeno, podemos afirmar que a alteração desse cenário de criminalidade e o crescimento do número de homicídios não podem ser explicados por um único fator. Fenômenos como o entrada do crack nas comunidades; o número crescente de armas de fogo com preços cada vez menores, usadas por cada vez mais jovens; as gangues nas favelas e bairros pobres são peças que completam este complexo contexto de explosão de violência em nosso estado.

Interesses políticos diante de uma realidade de violência que não parava de crescer, não só em Minas Gerais, mas em todo país, criam o terreno propício para a aceitação e inserção de políticas de segurança pública na política de governo do Estado. O clima de insegurança e medo aumentava a cada dia e fortalecer estas políticas seria uma possibilidade de alcançar resultados positivos para o Estado.

O Governo de Minas Gerais, diante desse cenário, elabora o Plano Estadual de Segurança Pública onde são expostos princípios que direcionam algumas intervenções, como por exemplo, a criação da Superintendência de Prevenção a Criminalidade.

A Superintendência de Prevenção à Criminalidade (Spec) é, no âmbito da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), a responsável pela implementação de todas as políticas públicas relacionadas à prevenção da criminalidade. Estas ações representam uma nova concepção sobre o controle da criminalidade da violência.



Pautada na idéia de “segurança cidadã”, elas visam garantir o acesso da população aos direitos universais e desenvolver políticas públicas para localidades com altos índices de criminalidade violenta. A Spec é responsável pela coordenação dos programas que atuam em três níveis de prevenção ([www.seds.mg.gov.br](http://www.seds.mg.gov.br))

A prevenção primária representa as ações que envolvem a população como um todo.

São as primeiras ações realizadas diretamente nas áreas de maior incidência criminal, fazendo intervenções antes que o crime aconteça. São realizadas campanhas educativas; formação qualificada; estímulo a iniciativas comunitárias e a práticas pessoais preventivas contra a violência; atividades coletivas de cidadania, esporte e cultura; ocupação dos espaços ociosos; atendimento ao público; propostas de educação e socialização. No estado de Minas Gerais, dois programas integram este nível de intervenção: Programa Fica Vivo e Mediação de Conflitos.

A prevenção secundária é direcionada à pessoas que vivenciaram experiências de determinados crimes, que estejam cumprindo penas ou medidas alternativas à prisão. O foco principal é possibilitar o cumprimento da pena ou medida em instituições com finalidade social, trabalhando a inclusão como forma de diminuição da reincidência criminal. Este nível de prevenção é realizado pelo Programa CEAPA – Programa Central de Penas Alternativas.

E por fim a prevenção terciária tem como objetivo diminuir a reincidência, com atuação direta sobre os indivíduos que cometeram delitos ou crimes, egressos do sistema prisional, e pessoas envolvidas com outros níveis de violência. No organograma estadual, o Programa de Reintegração do Egresso é responsável pela prevenção terciária.

Considerando esse contexto estadual das políticas públicas de segurança, pretendemos nesse trabalho focar o nível primário de intervenção, e mais especificamente o Programa de Controle de Homicídios que institucionaliza-se através do Decreto 43334 – 2003 de 20 de maio de 2003.

### **1.3 – O Programa de Controle de Homicídios do Estado de Minas Gerais**

O Art 1º do Decreto 43334 de 20 de maio de 2003 declara:

O firme propósito do Governo Estadual de empreender um combate eficaz à criminalidade e que tal combate, nos tempos atuais, tem como condição imprescindível a atuação integrada dos órgãos do Sistema de Defesa Social, compartilhando informações e sobretudo, articulando estratégias e ações de prevenção e repressão aos delitos.

O Programa de Controle de Homicídios surge na recente Secretaria de Defesa Social. Como parte da construção da política pública de Defesa Social nos pilares da Prevenção à Criminalidade, a implantação desses Programas para o Estado de Minas Gerais inaugura uma nova perspectiva diante o fenômeno da criminalidade.

Segundo Art. 2º do Decreto:

O Programa de Controle de Homicídios tem por objetivo reduzir a incidência de homicídios dolosos, mediante ações de prevenção e repressão, nas áreas de risco da Região Metropolitana de Belo Horizonte e em outros municípios do Estado cujos indicadores de criminalidade violenta o justifiquem, contando, para sua execução, com a ação integrada dos executivos federal, estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, bem como das organizações não governamentais de atendimento ou assistência social e da sociedade em geral.

O Programa de Controle de Homicídios teve início a partir de um projeto piloto na região do Morro das Pedras em 2002 quando recebe o nome de Fica Vivo! Um projeto elaborado e desenvolvido por um grupo de trabalho do Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais – CRISP/UFMG a partir de um diagnóstico dos homicídios de Belo Horizonte. Neste grupo estavam presentes membros da Polícia Civil e Militar de Minas Gerais, Ministério Público, juízes, pesquisadores, técnicos da Coordenadoria de Cidadania da prefeitura municipal de Belo Horizonte, empresários do setor privado e pesquisadores.

Segundo Beato (2005) o objetivo da pesquisa realizada pelo CRISP que deu origem ao Programa Piloto era duplo. De um lado buscava-se construir uma base de dados que pudesse ser utilizada para a formação de pesquisadores e para a elaboração de artigos e por outro lado a pesquisa foi desenhada de forma a servir de subsídio às políticas públicas do Estado, o que acabou acontecendo.

Para Féres (2004), o Programa em 2003 dá origem à política de prevenção à criminalidade da Secretaria do Estado de Defesa Social de Minas Gerais, tendo como proposta central estabelecer uma nova metodologia de intervenção na realidade social.

A eleição do novo governador (Aécio Neves), que elegera a segurança pública como uma das temáticas centrais de sua campanha e que tomara o programa de controle de homicídios como um dos eixos estruturadores de seu governo, coloca o Fica Vivo em outro patamar. (Beato, 2005)

Conforme texto base da metodologia do programa, o Fica Vivo caracteriza-se como política pública de prevenção ao crime que tem como público alvo direto jovens em situação de vulnerabilidade social, de 12 a 24 anos, e indireto a população do local onde está implantado o programa.

O objetivo geral é reduzir a incidência de homicídios cometidos por jovens de 12 a 24 anos nas regiões onde está implantado. Como objetivo específico, o Programa pretende intervir nas comunidades a partir de um modelo de gestão coordenada que conjuga dois níveis de ação: Intervenção Estratégica e Proteção Social.

Leite (2008) caracteriza Intervenção Estratégica como a reunião dos órgãos de defesa social e sistema de justiça tendo como foco a repressão qualificada. Reúne de forma sistemática e com objetivo bem delineado das Polícias Civil, Militar e Federal, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, além de outros atores locais tendo como objetivo incrementar a resolução dos casos de homicídios a partir de um processo de interação de informações, de continuidade nos processos e de priorização dos casos.

O eixo da Proteção Social tem como objetivo planejar e desenvolver ações voltadas para a comunidade, em especial para os jovens envolvidos com a criminalidade. Leite (2008) afirma que são ações que buscam a formação de redes comunitárias objetivando soluções locais para a prevenção a criminalidade a partir da inclusão dos jovens.

O programa Fica Vivo inaugura uma nova perspectiva com relação a segurança pública. Quando o conceito de Defesa Social entra em cena, nos vemos diante da possibilidade de encarar as questões que envolvem a segurança pública para além apenas de assunto de polícia, ligada somente ao sistema prisional. Esse movimento só é possível na medida em que novos saberes são incorporados às políticas de segurança pública em Minas Gerais.

Ao ampliarmos o olhar para o fenômeno da violência e da criminalidade, devemos considerar o público atendido pelo programa. São jovens entre 12 e 24 anos moradores de regiões que apresentam altos índices de criminalidade violenta.

A justificativa para essa pesquisa está justamente na necessidade de entender quem são esses jovens e quais as construções possíveis que vinculam esse público ao Programa Fica Vivo! Para tal, é imprescindível lançar mão do conceito de Juventude.

## Capítulo 2 – A condição juvenil e o Programa Fica Vivo!

### 2.1 – Juventude: Quem são esses jovens?

A Pnad 2007 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) traz o dado de 50,2 milhões de jovens que representa 26,4% da população total do país.

Segundo Camarano, Letão, Pasinato e Kanzo (2004) a mais comum das imagens da juventude parece ser a de uma fase de transição entre o mundo das crianças e o mundo dos adultos, entre a infância e a maturidade.

Histórica e socialmente o jovem é visto como problema, marcado pela irresponsabilidade, rebeldia, sendo vistos a partir de um estereótipo e modelos socialmente construídos muitas vezes de forma negativa.

Segundo Juarez Dayrell (2002, p.?) existe “uma tendência que se deve ao fato da juventude ser, ao mesmo tempo, uma condição social e uma representação”. E assim não existiria juventude e sim juventudes no plural enfatizando a diversidade dos modos de viver na nossa sociedade.

Para dizer da construção da identidade dos jovens, Dayrell (2002) afirma que a identidade vista como essência, natural ao sujeito seguindo uma herança iluminista baseada na compreensão do indivíduo como uma entidade totalmente separada da sociedade, ao longo da história ocidental, vem sendo substituída. Passa-se a levar em conta a visão de que a identidade juvenil é construída a partir de uma interação com o meio social, a partir dos processos de identificação pelos quais o jovem passa.

E, dessa forma se constitui a partir da realidade que se vive, dos processos de socializações e identificação pelos quais passa durante sua vida, pela cultura a que teve acesso, pelos grupos que pertence e outros.

O indivíduo é “formado e modificado em diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem”. (Dayrell, 2002, p.2)

Spósito (1999) afirma que são poucos os trabalhos produzidos nos anos 80 e 90 sobre os jovens no Brasil, mas os que existem mostram um aumento dos seus interesses e práticas coletivas.

Rua (1998) caracteriza a juventude brasileira dos anos 90 como um grupo carente de utopias e de organização coletiva e dotada de poucos recursos de poder, subordinados a cultura do poder institucionalizado que privilegia os mais velhos. E, após 1967 os jovens só apareceram em momentos capitaneados pelas elites adultas do país como, por exemplo, as Diretas Já e o Impeachment do Collor.

A juventude, para Spósito (1999), tem sido caracterizada pela extrema acentuação de traços individualistas, apatia política e desinteresse nas relações com a esfera pública.

Porém Rua citando Garcia e Abramovay (1998) afirma que existe a disposição dos jovens para atuar socialmente, mas faltam canais novos de participação sem os vícios das instituições tradicionais. E muitas vezes essa disposição ou potencial de mudança e ação coletiva se expressam em “espaços coletivos construídos para a expressão da sua identidade” (Rua, 1998 p.747) que nem sempre se orienta por formas socialmente aceitas. São espaços que nem sempre são reconhecidos como forma de manifestação política juvenil pela sociedade brasileira como a criação de gangues, grupos neonazistas e conflitos entre torcidas de times de futebol.

Fenômenos como o rap, o funk e a prática da pichação ou do grafite algumas vezes podem ser expressões da violência ou da delinquência juvenil e da ausência de movimentos coletivos como, também podem, em outras situações, desvelar o seu contrário, ou seja, a formação de novos atores coletivos. (Spósito, 1999, p.81)

Apatia ou uma nova forma de manifestar-se? As letras de rap, funk, os grupos de dança, o grafite permitem que os jovens se mostrem, se reconheçam e assim constituam suas identidades como sujeitos de suas histórias.

E então, a juventude pode ser caracterizada, segundo Dayrell (2003) como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a

vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona.

E é neste sentido que a juventude, segundo Dayrell e Reis (2007) é vista como uma categoria socialmente construída e dinâmica que

ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos, e é marcada pela diversidade nas condições sociais (origem de classe, por exemplo), culturais (etnias, identidades religiosas, valores, etc.), de gênero e, até mesmo, geográficas, dentre outros aspectos. (Dayrell e Reis 2007, p.3)

E dessa forma, segundo esses autores, não há uma juventude, mas sim jovens enquanto sujeitos que experimentam e sentem esta condição segundo determinado contexto sociocultural no qual se inserem. A opção feita por estes autores é de pensar na ideia de “condição juvenil” indo além de somente conceituar juventude.

Afirmam que estudar as juventudes significa entender práticas e símbolos como a manifestação de um novo modo de ser jovem, fazendo referência

“ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia, etc.” (Dayrell, Reis, 2007, p.3)

Juventudes que podem ser entendidas e estudada a partir de diferentes olhares e que a todo o momento nos faz pensar na importância de conhecer e analisar estes sujeitos para, a partir daí, pensarmos em políticas públicas específicas que atendam as diferentes demandas desse público.

## **2.2 – Políticas Públicas para a Juventude**

Spósito e Carrano (2003) relatam a ausência de estudos que reconstituam os modos como foram concebidas as ações públicas destinadas aos jovens no século XX no Brasil. O

que esses autores se propõem é pensar no surgimento destas políticas a partir de um desenho da orientação destas ações para a juventude ao longo do tempo.

Porém é possível afirmar que o debate sobre as condições de vida da população jovem no Brasil é relativamente novo, tendo se intensificado nos anos 1990, com algum rebatimento na formulação de políticas públicas para o segmento. (Camarano, Letão, Pasinato e Kanzo, 2004, p.15)

Segundo Rua (1998), as políticas públicas surgem a partir de alguma demanda apresentada pelos atores e movimentos políticos e sociais. A partir desse prisma, a reversão do quadro de marginalização de grupos sociais desfavorecidos só seria possível a partir da renúncia do Estado à sua tradicional posição de neutralidade no que se refere às questões sociais. O Estado, assim, deveria se responsabilizar pelo empoderamento das categorias historicamente inferiorizadas, provendo meios que possibilitem a incorporação desses grupos em condições de igualdade na luta política.

Na realidade, os jovens não entram na agenda das políticas públicas como atores passíveis de participação, entendimento e diálogo, mas sim como “estados de coisas”, unicamente como foco de políticas sociais.

As políticas para a juventude surgem como respostas a questões de interesse público e refletem as demandas originadas na sociedade, no interior do próprio sistema político e nas relações com atores e agências internacionais.

Rua (1998) afirma que durante muitos anos as demandas dos jovens em relação às políticas públicas referiram-se somente aos seus direitos básicos: educação de qualidade, atenção médica, direitos humanos, oportunidades de trabalho, ou seja, uma busca dos jovens em viver em uma sociedade mais solidária e igualitária, com oportunidades e tratamentos iguais para todos.

Segundo Spósito e Carrano (2003) a partir da década de 90 os desenhos das ações no plano das políticas federais constroem uma nova condição e começa a conceituar a juventude como a concepção de *risco social* e a condição juvenil como elemento problemático em si.



Alguns programas, como por exemplo, de controle social do tempo livre dos jovens surgem e reforçam esta idéia equivocada.

A partir da concepção ampliada de direitos trazida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990 a sociedade brasileira se volta para a discussão da situação dos adolescentes e jovens no Brasil, qualificando a discussão sobre a juventude a partir do reconhecimento de direitos e de demandas políticas para este público.

E desde então tem crescido entre os estudiosos e formuladores de políticas públicas a percepção dos jovens como sujeitos de Direitos.

A percepção de que as políticas públicas estariam destinadas somente a corrigir deficiências começa ser abandonada e a concepção típica de que as questões dos jovens seriam problemas e seus comportamentos deveriam ser tratados e controlados pela família passa a ser substituída pelo entendimento mais amplo da questão da juventude e das políticas públicas.

Aliando a estas questões, o cenário de violência do país começa a mudar. Como foi dito anteriormente neste trabalho, a década de 90 mostra números que revelam o crescimento dos crimes e homicídios em algumas regiões do país e os números revelam principalmente o envolvimento dos jovens, enquanto maiores vítimas e maiores agentes, com o fenômeno da criminalidade.

### **2.3 - Juventude e Políticas Públicas de Prevenção à Criminalidade**

Conforme descrito no site da Agência Brasil<sup>2</sup> em 2006 a taxa de homicídios na população de 15 a 24 anos saltou de 30 (a cada 100 mil jovens) para 51,7, entre 1980 e 2004. Nas demais faixas etárias, porém, o índice passou de 21,3 para 20,8 no período. O que revela o impacto da mortalidade entre os jovens nos número dos homicídios no Brasil nas últimas duas décadas a partir do Mapa da Violência 2006, divulgado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

<sup>2</sup> Informação obtida no site: <http://www.ipcdigital.com/br/Noticias/Brasil/Homicidios-aumentam-entre-jovens-no-Brasil>. Publicado em 17/11/2006.

Andréa Silva (2007) comenta que mesmo com as diferenças regionais e das dimensões continentais do país, o perfil das vítimas de homicídios do Brasil mostra grande homogeneidade. Segundo ela, estes são homens jovens (o que também vai de encontro à experiência internacional) de 15 a 24 anos, com baixo nível de escolaridade, em sua maioria negros ou pardos, desocupados a época do homicídio ou inseridos em atividades de baixa qualificação profissional (serventes, pedreiros etc.).” (SILVA, 2007, p.59).

Os jovens são vítimas de um contexto de violência e como comenta Gomes (2009) uma violência que também gera violência. Uma juventude vista como vítima, mas que também se apresenta como agente dos atos de violência. Gomes (2009) afirma que “apesar de representarem 35% da população total do País, a faixa entre 18 e 29 anos de idade forma cerca de 54% da população carcerária.”

Diante desses dados, pensar políticas públicas de segurança sem incluir estes atores seria algo impensado, uma vez que, os jovens são, no Brasil, as principais vítimas e atores desse processo complexo que é a violência.

O Programa Fica Vivo inaugura no estado de Minas Gerais esta nova maneira de se pensar e fazer política para a juventude e constrói cotidianamente sua metodologia pautada nesta diversidade e complexidade não somente do fenômeno da criminalidade, mas também da condição juvenil.

A proposta dessa pesquisa é, a partir da análise do perfil desses sujeitos, identificar quem são esses jovens que participam de um programa de prevenção à criminalidade na comunidade do Palmital e em que circunstâncias vivenciam sua condição juvenil. Para além de identificarmos o sujeito dessa política pública, nos interessa analisar como esse jovem vivencia e entende essa política em sua prática cotidiana.

Será que as oficinas são realmente um espaço em que esses jovens se sentem à vontade para expressar seus modos de vivenciar a condição juvenil? Será que ao participar desses

espaços conseguem estabelecer laços? Qual sua percepção sobre a sua comunidade e a política? Essas são algumas questões que norteiam essa pesquisa.

### **Capítulo 3 – O Fica Vivo! no Palmital: quem são esses jovens?**

#### **3.1 – O Programa Fica Vivo! e os jovens no Palmital**

O Palmital é um bairro do município de Santa Luzia. Os moradores contam que a região foi uma fazenda que, em fase de decadência, era ocupada por pessoas que coletavam palmito para vender.

No ano de 1979, após acontecerem várias enchentes nos rios Arrudas e das Velhas em Belo Horizonte, um grande número de famílias que viviam as margens destes rios, na região metropolitana de BH, ficaram desabrigadas e foram deslocadas pelas autoridades políticas para a região do Palmital.

Em 1981 a COHAB – Companhia de Habitação Popular, através do Sistema Financeiro de Habitação, construiu nesta área o Conjunto Palmital e a partir de dezembro de 1981 as pessoas começaram a se mudar para o bairro.

O conjunto destas moradias construídas e financiadas pela COHAB para os desabrigados passou a ser denominado Conjunto Palmital.

Segundo Diniz (2005) hoje o Palmital é oficialmente registrado como Bairro Maria Antonieta Furtado de Mello Azevedo, nome desconhecido pela maioria, mas que tem sido apresentado como alternativa à comunidade, principalmente pela Prefeitura e Polícia Militar, para a redução do estigma sobre a região, sempre vista como muito violenta. Segundo essa perspectiva, mudando o nome do bairro, as pessoas não seriam vítimas do preconceito que o nome Palmital carregaria.

Ao passar dos anos, após a ocupação destas moradias e com o crescimento da população da região, áreas em torno do bairro foram invadidas constituindo um grande aglomerado de casas, barracos sem nenhuma estrutura, luz elétrica, água, sem rede de esgoto, e prédios em condições bastante precárias. Diante de toda essa realidade de exclusão social e do cenário da criminalidade crescente, a partir da década de 90, a violência no local explode. Altas taxas de homicídios são registradas, principalmente entre os jovens, e estes números causam visibilidade no cenário das políticas de segurança pública do Estado de Minas Gerais.

Segundo dados da PMMG/CRISP, de 1998 a 2004, o Palmital foi responsável por 34,26 % dos homicídios ocorridos em Santa Luzia, sendo caracterizada como a região mais violenta do município e a quarta mais violenta do Estado de Minas Gerais.

A comunidade do Palmital, como citado anteriormente, foi por muito tempo estigmatizada como um espaço “sem lei”, uma comunidade violenta reconhecida somente nas páginas policiais dos jornais do Estado de Minas Gerais, com poucos equipamentos públicos, com escolas precárias, segregada da realidade do histórico município de Santa Luzia.

A Segurança Pública na comunidade, como em todo o Brasil, sempre se fez através das intervenções da Polícia Militar. No caso do Palmital, como dizem algumas pessoas da comunidade e a própria PM, essa era entendida somente através de incursões policiais, demandadas por crimes ou denúncias, pelo policiamento do 35º Batalhão situado a quilômetros do bairro.

Porém, no ano de 2004 a Polícia Militar implanta a 69ª Cia dentro da comunidade, em uma região central do bairro e das outras áreas invadidas da região.

E é diante deste cenário que o Estado, através da política de prevenção a criminalidade, se fez mais presente na região com a implementação do Programa de Controle de Homicídios - Fica Vivo.

O Programa Fica Vivo no Palmital é inaugurado oficialmente em 14 de Março de 2005.

Segundo moradores da região a aceitação do Programa foi imediata e os jovens buscavam constantemente a equipe técnica do Programa para se inscreverem nas oficinas oferecidas.

Durante o primeiro ano do Programa na região, em 2005, a média de jovens atendidos foi de 545 jovens, aumentando a cada ano, juntamente com a ampliação da política em todo estado, até atingir a média de mais de 1000 jovens no ano de 2008<sup>3</sup>.

Falar sobre o Fica Vivo! no Palmital é dizer de uma diminuição crescente do número de homicídios na região, o que pode ser entendido, entre outros fatores, como a consolidação e

---

<sup>3</sup> Dados produzidos pela equipe técnica do Fico Vivo! na região do Palmital.

o alcance desse novo modelo de política de segurança pública implantado na região. No entanto, o mais importante talvez seja dizer deste público atendido e da intervenção possível nesta comunidade em relação à juventude.

Não existem números oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de outros órgãos de pesquisa ou da própria Prefeitura do Município, que nos forneçam dados consistentes sobre a média da população jovem na região. O que existe é a estimativa, feita pela própria comunidade (associações dos bairros e das áreas invadidas da região) de cerca de 40.000 jovens residentes na região.

Este número de jovens apesar de “não ser preciso” diz de uma percepção subjetiva que, na falta de dados oficiais, se faz importante para pensarmos a realidade da região. Essa percepção pode ser reforçada ao andarmos pelas ruas do bairro e regiões invadidas e nos depararmos com uma população bastante jovem e numerosa. São jovens nas ruas e becos, pelas esquinas, nas poucas quadras, praças e campos existentes e também nas oficinas do Programa Fica Vivo! distribuídas em uma determinada área desta região.

Pela necessidade de recorte territorial da política, o Programa está implantado no bairro Palmital atendendo as áreas do Setor 6 e Setor 7 (Palmital A), Nova Conquista, Nova Esperança e São Cosme. As oficinas do Programa acontecem em espaços cedidos pela comunidade, também associações e escolas.

Como foi citado anteriormente, a região, apesar de ter apresentado mudanças em relação ao seu início na década de 80, ainda é muito precária e carente de equipamentos públicos. A dificuldade de encontrar espaços para implantação de oficinas em determinadas regiões onde muitos jovens estão é uma realidade enfrentada pela equipe do Programa. Isto se torna mais complexo diante da falta de equipamentos públicos, principalmente em áreas invadidas e na questão da não circulação dos jovens por determinadas regiões e territórios rivais.

### **3.2 – Procedimentos Metodológicos**

A construção do perfil dos jovens atendidos pelo Programa Fica Vivo! e a construção da percepção de alguns destes jovens sobre o Programa na região norteou todos os procedimentos metodológicos pensados para este trabalho. As questões contidas nos questionários permitiram sistematizar as análises e reflexões que serão expostas nos próximos tópicos.

Os questionários foram aplicados em cento e quarenta e cinco jovens atendidos pelo Programa Fica Vivo no Palmital. Os jovens entrevistados participam das atividades oferecidas pelo programa, principalmente das oficinas da região.

É importante salientar que os questionários foram aplicados no momento em que esses jovens estavam nas oficinas. Os profissionais que aplicaram os questionários foram orientados a se apresentar na chegada à oficina tanto aos jovens quanto ao oficineiro e depois, a partir da aceitação dos jovens, a aplicar individualmente o instrumento, enquanto a oficina acontecia. As perguntas foram feitas e preenchidas pelo entrevistador.

A aceitação foi positiva. Na maioria das oficinas, todos os jovens que estavam presentes quiseram responder as questões. Apesar de estarem em algumas oficinas em grande número, os jovens que tinham menos de 12 não foram entrevistados por não serem público alvo na metodologia do Programa Fica Vivo!

Optei por aplicar alguns questionários para me aproximar dos jovens e poder também construir minha percepção sobre o que estava sendo respondido. Foi um momento muito interessante já que alguns jovens já me reconheciam como técnica, já tinham sido atendidos por mim no Núcleo e se sentiram bem a vontade para responder.

O questionário foi dividido em dois eixos, o primeiro com questões relativas ao perfil dos jovens e um segundo eixo com perguntas que pudessem contribuir para a construção da visão dos jovens sobre o Programa na região, inclusive com algumas questões abertas.

Primeiramente, serão apresentados a análise dos dados obtidos que permitiram a construção do perfil dos jovens atendidos pelo programa. Em um segundo momento, serão

apresentadas as questões que dizem respeito à percepção dos jovens sobre o Programa Fica Vivo!

### 3.2.1 Análise

#### - Perfil dos jovens

A maioria dos jovens (66,7%) declararam-se do sexo masculino. 4,8% dos jovens não sabe/não respondeu.

**Tabela 1 – Sexo**

<b>Sexo</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Masculino	92	63,4
Feminino	46	31,7
Não respondeu/não sabe	7	4,8
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

O recorte do público atendido e principalmente o foco do Programa, a saber os jovens envolvidos com a criminalidade, podem influenciar no fato da maioria dos jovens serem do sexo masculino. Outro ponto também é o fato dos questionários terem sido aplicados em muitas oficinas de esportes como futebol, basquete e taekwondo, modalidades que culturalmente tem maior participação de meninos.

A opção para a aplicação foi de que o questionário seria construído pelas respostas declaradas pelos jovens e não a partir da percepção do aplicador, e então jovens de uma oficina específica do programa escolheram não responder entre as opções masculino e feminino.

É interessante comentar que estes jovens que não responderam o sexo são de uma oficina de Voleibol onde a questão da homossexualidade é muito discutida pela equipe técnica, principalmente com oicineiro. Os jovens encontram-se no espaço desta oficina e desde então tornaram um “desafio” para o icineiro. Inicialmente para que este desse conta de seus



valores e concepções em relação a opção sexual dos jovens para que assim pudesse realizar a discussão em torno do tema da Sexualidade. É sempre necessário que a equipe técnica ofereça suporte e orientações a este oficinairo e nesta oficina já aconteceram diferentes intervenções com profissionais qualificados para facilitar a discussão em torno da sexualidade/afetividade com os jovens e oficinairos.

Em relação a idade dos jovens entrevistados, 44,8% dos jovens tem entre 15 e 18 anos. Seguidos por 12 a 14 anos que correspondem a 35,7% dos jovens e 19 a 24 anos com 19,6% dos entrevistados. Neste caso percebe-se que a grande maioria (82,5%) dos jovens atendidos estão dentro da faixa de idade sempre analisada a respeito daqueles que as pesquisas apontam como que estariam entre os que mais morrem e mais matam no nosso país.

**Tabela 2 – Idade**

<b>Idade</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
12 a 14 anos	51	35,2
15 a 18 anos	64	44,1
19 a 24 anos	28	19,3
Não respondeu/não sabe	2	1,4
<b>Total</b>	<b>145</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

Dos jovens entrevistados 73,1% se classificam como negros. Os amarelos representam 8,9%, os brancos, 8,1% e os indígenas 4,4%.

Esse perfil condiz com as pesquisas que dizem que a maioria dos jovens que estão em situação de risco social, que mais matam e mais morrem são negros.<sup>4</sup>

**Tabela 3 – Raça/Cor**

<b>Raça/cor</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Negros	106	73,1
Amarelo	12	8,3
Branco	11	7,6
Indígena	6	4,1
Não respondeu/não sabe	10	6,9

<sup>4</sup> Nesse trabalho, a categoria negro diz respeito aos pretos e pardos.

Total	145	100,0
-------	-----	-------

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

Em relação ao estado civil dos jovens, a maioria dos entrevistados (93,1%) são solteiros. 2,8 % declaram ser casados e a categoria outro tem 4,1 % das respostas.

O “Outro” é declarado pelos jovens com a situação de “juntado”, ou seja, não são casados legalmente, mas moram e vivem juntos.

Foi também perguntado se o jovem entrevistado tem filhos. 94,5% dos jovens disseram não ter filhos. Os 5,5% que responderam que tinham filhos, declararam possuir apenas um filho.

Analisando estes dados, pensando na dimensão da transição para a vida adulta na vivência da condição juvenil, sabe-se que na área afetiva “predomina a idéia do “ficar”, quando tendem a não criar compromissos com as relações amorosas além de um dia ou de uma semana. Uma postura de experimentação que caracteriza a “busca de superar a monotonia do cotidiano mediante a procura de aventuras e excitações”. (Dayrell, Reis, 2007, p7).

**Tabela 4 – Estado civil**

Estado civil	n	%
Solteiro	135	93,1
Casado	4	2,8
Outro	6	4,1
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

**Tabela 5 – Filhos**

Possui filhos?	n	%
Sim	8	5,5
Não	137	94,5
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

A respeito dos documentos foi perguntado inicialmente quais jovens possuíam qualquer tipo de documento. A grande maioria (98,6%) declaram ter algum tipo documento. E depois perguntou-se quais documentos possui.

**Tabela 6 – Documentos**

<b>Possui documentos?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	142	97,9
Não	2	1,4
Não respondeu/não sabe	1	0,7
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

**Tabela 7 – Carteira de Identidade**

	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	110	75,9
Não	35	24,1
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

É importante ressaltar o fato da grande maioria dos jovens ter algum tipo de documento e principalmente 75% dos jovens possuir documento de identidade. Este dado é importante, pois envolve a questão da cidadania, tema que tem que ser discutido quando pensamos num programa direcionado ao público jovem, moradores de uma região vulnerável e por vezes excluída.

O Programa na região do Palmital possuiu uma parceria com o departamento responsável pela emissão de documentos de identidade do município, o que vem facilitando o acesso dos jovens a este serviço. Esta parceria se firmou a partir da identificação da equipe técnica, no início do programa na região, da falta de acesso e principalmente informação dos moradores da região em relação a este órgão. A partir de um encaminhamento, os jovens atendidos pelas oficinas do Programa são acolhidos e o serviço é disponibilizado de maneira gratuita ao público do Programa.

A partir desta parceria, os oficinairos são orientados a sempre direcionar os jovens que não possuem documentos a procurar a equipe técnica, ou a procurar pessoalmente o departamento citado, que os direciona a este serviço.

Em relação à escolaridade destes jovens, viu-se que a maioria (74,3%) está estudando. Os jovens que declararam não estar estudando (25,7%) pararam de estudar nas séries correspondentes ao ensino fundamental.

**Tabela 8 – Escolaridade**

<b>Está estudando?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	107	73,8
Não	37	25,5
Não respondeu/não sabe	1	0,7
<b>Total</b>	<b>145</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

Outra discussão importante com os oficinairos do Programa na região é em relação ao incentivo para que os jovens estudem e, principalmente aqueles que estão fora da escola, possam voltar a estudar. Este incentivo provocado pelo Programa talvez possa explicar a maioria dos jovens estar estudando, mesmo diante de todas as dificuldades de vaga na escola, problemas de circulação e outros que existem nesta comunidade.

A respeito da composição familiar, foi perguntado aos jovens o número de pessoas que moram na mesma casa que ele e a composição desta família. 48,3% dos jovens entrevistados moram com os pais, 35,2% moram somente com a mãe. A categoria “Outro” foi descrita pelos jovens pelas situações de morar com tios ou parentes próximos.

**Tabela 9 – Composição Familiar**

<b>Com quem mora?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Com os pais	70	48,3
Somente com a mãe	51	35,2
Com os avós	8	5,5
Sozinho	2	1,4
Outro	14	9,4

Total	145	100,0
-------	-----	-------

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

Pensando nas estruturas familiares em relação o numero de moradores na mesma casa viu-se que a maioria 82,1% dos jovens moram em casas com 4 ou mais pessoas.

**Tabela 10 – Composição Familiar**

<b>Quantas pessoas moram</b>		
<b>na casa?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
0 a 3 pessoas	26	17,9
4 a mais pessoas	119	82,1
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

È importante comentar que estes dados são significativos e de certa forma afirmam essa nova estrutura familiar das comunidades onde a mulheres são as responsáveis pela família, o que relaciona os estudos atuais sobre a “chefia familiar feminina”.

Outro ponto significativo é a respeito da maioria dos jovens viverem em casas com quatro ou mais pessoas. São famílias numerosas que confirmam a percepção sobre as famílias que residem nessas comunidades, caracterizadas por serem numerosas por fatores variados, como por exemplo, a falta de informação sobre métodos contraceptivos.

Quando perguntados sobre o tipo de moradia que vive a grande maioria dos jovens entrevistados (89,7%) declaram morar em casa própria. É importe ressaltar que existe uma discussão, principalmente nos órgãos públicos competentes, a respeito de áreas invadidas e casas em situações irregulares na comunidade estudada. Sabe-se que grande parte das casas foram construídas em áreas invadidas, mas com o passar do tempo foram vendidas, passando a ser adquiridas por outros com algum tipo de documentação. Não é possível afirmar esta situação a partir da informação dada pelos jovens, mas o fato da grande maioria reconhecer o imóvel com próprio e serem moradores destas áreas suscita essa reflexão.

**Tabela 11 – Tipo de Habitação**

	<b>n</b>	<b>%</b>
Invadida	6	4,1
Alugada	8	5,5
Própria	130	89,7
Cedida	1	0,7
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

A renda familiar declarada pelos jovens esteve entre um salário mínimo e 1000 reais no máximo, com 37,8 % e em até 465 reais em 35,7% dos jovens entrevistados.

**Tabela 12 – Renda Familiar**

	<b>n</b>	<b>%</b>
Até 465 reais	51	35,2
De 465 a 1000 reais	54	37,2
Acima de 1000 reais	38	26,2
Não respondeu/não sabe	2	1,4
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

Quando perguntados a respeito de exercer no momento algum trabalho remunerado a grande maioria dos jovens, 80,7% declaram não exercer no momento qualquer trabalho remunerado.

Os jovens que disseram trabalhar (17,9%) declararam exercer atividades informais como: *lavador de carros, no depósito de gás com o pai, servente de pedreiro, fazendo tranças, capinando, lavando e descascando mandioca, bicos, vendedor, babá, panfletagem, servente, ajudante*. Algumas atividades, apesar de não terem sido diferenciadas pelos jovens podem representar atividades do trabalho formal como: *no habib's, na locadora, na construção civil, officeboy, encarregado de eletricista embalador no café três corações, garçõnete, escovista*

no salão de beleza, atendente de farmácia, atendente de restaurante, caixa de farmácia, atendente all-saude.

**Tabela 13 – Trabalho remunerado**

<b>Exerce trabalho</b>		
<b>remunerado?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	26	17,9
Não	119	82,1
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

Em relação a ter tido algum envolvimento com a criminalidade em algum momento da vida, 91% dos jovens declara não ter ou ter tido envolvimento direto com a criminalidade.

**Tabela 14 – Envolvimento com a criminalidade**

	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	13	9,0
Não	132	91,0
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

A maioria (97,9%) não cumpre medida sócio educativa. Os que declaram estar cumprindo ou ter cumprido (2,1%) foram de Prestação de serviço à comunidade.

**Tabela 15 – Medida Sócio Educativa**

	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	3	2,0
Não	140	96,6
Não respondeu/não sabe	2	1,4
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

E, (96,6%) nunca esteve preso.

**Tabela 16 – Já esteve preso?**

	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	5	3,4
Não	140	96,6
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

Apesar da maioria dessa amostra não ter envolvimento com a criminalidade, não estar cumprindo medida sócio-educativa ou nunca ter estado preso, é importante pensar na perspectiva de prevenção, uma vez que essa população se apresenta em comunidades violentas, com altos índices de homicídios até a implantação do Programa Fica Vivo!.

**Tabela 17 – Conhece alguém envolvido com a criminalidade?**

	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	109	75,2
Não	36	24,8
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

75 % jovens disseram conhecer pessoas envolvidas com a criminalidade. Esse dado diz de uma proximidade dos jovens com a criminalidade que pode explicar, em certa medida, a presença do programa nesta região e as ações direcionadas a este público.

Pensando que o Programa Fica Vivo tem como público alvo jovens envolvidos com a criminalidade é interessante observar que quando se pensa no fenômeno da criminalidade e violência nestas regiões percebe-se o fato dos jovens e a comunidade como um todo sempre estão “atravessados” pelo fenômeno.

#### **- O Programa Fica Vivo - A percepção dos jovens**

#### **Proteção Social:**



Segundo a Metodologia do Programa Fica Vivo, o eixo da proteção social do Programa se constitui a partir do atendimento às jovens de 12 a 24 anos e do trabalho em rede.

Quando perguntado sobre como ficaram sabendo do Programa Fica Vivo!, a grande maioria dos jovens declara ter tido conhecimento sobre o Programa através de amigos (70,8%), seguido por “vendo as oficinas” (16,0%), que significa passar pelos espaços que as atividades acontecem e buscar participar.

Neste ponto o fato das oficinas acontecerem em diversos locais pela comunidade favorece a informação dos jovens sobre as atividades oferecidas pelo programa.

**Tabela 18 – Como ficou sabendo do Fica Vivo?**

	<b>n</b>	<b>%</b>
Amigos	102	70,3
Família	12	8,3
Vendo as oficinas	23	15,9
Outro	7	4,8
Não respondeu/não sabe	1	0,7
<b>Total</b>	<b>145</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

Em relação ao conhecimento dos jovens entrevistados a respeito dos principais objetivos do Programa, a maioria dos jovens (80,1%) declaram que sabem quais são os principais objetivos do programa.

**Tabela 19 – Você sabe quais são os principais objetivos do FV?**

	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	113	77,9
Não	28	19,3
Não respondeu/não sabe	4	2,8
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

É importante ressaltar a resposta de 86,7% dos jovens que dizem identificar alguma mudança na comunidade após a chegada do Programa.

**Tabela 20 – Identifica mudança na comunidade após a chegada do FV?**

	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	124	85,5
Não	19	13,1
Não respondeu/não sabe	2	1,4
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

Estas mudanças identificadas pelos jovens são, de acordo com as respostas dadas, na maioria das vezes relacionadas ao fato das oficinas serem um espaço que não a rua, onde os jovens podem estar, seja ocupando o tempo ou aprendendo alguma atividade.

Analisa-se que o entendimento é de que “a rua”, ou o “tirar da rua” ou o “não estar mais na rua” tem outro sentido para os jovens. Não estar envolvido nos grupos, nas esquinas com aqueles que estão na criminalidade ou envolvidos com o uso de drogas ou na marginalidade. Um espaço subjetivo em que esta rua (que eles percebem, vêem ou aprenderam a ver e vivenciar) como o lugar que é o ocupado por aqueles que não têm o que fazer que estão envolvidos com a criminalidade.

Magnani (1993, p1) comenta que “está-se falando não da rua em si, mas de experiência da rua, então é possível também descobrir onde, em meio ao caos urbano, ela se refugiou – já não como espaço de circulação mas enquanto lugar e suporte de sociabilidade.”

Neste caso percebe-se que este “não estar mais nas ruas” dito pelos jovens é reflexo da construção deste outro lugar comentado pelo autor.

Algumas falas dos jovens que ilustram essa análise quando perguntados quais seriam estas mudanças foram:

*“Bastante, os adolescentes estão podendo ocupar o tempo com danças, pinturas...”*

*“Tinha muita gente que não tinha o que fazer que entrava pro crime. Agora as pessoas pode procurar o que gosta”*

*“Muitos meninos saíram da rua e vieram para o programa”*

*“Os meninos que só ficavam na rua vem para cá”*

*“Os meninos não ficam muito na rua”*

*“Tirou todo mundo que ficava na rua”*

*“Menos crianças na rua e mais crianças dentro do curso”*

*“Quando não fico em casa, fico aqui (na oficina)”*

*“Os jovens se ocuparam e saíram das ruas”*

*“Me tirou das ruas”*

*“Os meninos saíram da rua para vir para o projeto”*

Outros jovens relacionam as mudanças identificadas na comunidade com a diminuição da criminalidade, da violência, dos homicídios e do uso de drogas O que de certa forma estariam relacionadas aos objetivos diretos do programa.

*“Os jovens envolvidos com a criminalidade agora participam do projeto”*

*“Tirar os jovens da criminalidade”*

*“Diminuiu a violência”*

*“Menos violência, menos gente na rua”*

*“Muitos que andavam em caminhos errados saíram”*

*“Principal é o índice de criminalidade que caiu, e os adolescentes que pararam de mexer com drogas”*

*“Abaixou a criminalidade, morte, retirou muitos jovens da rua”*

*“Muitas pessoas que mexiam com drogas, depois que entraram no Fica Vivo foram largando, com a ajuda dos professores. Também a redução do numero de homicídios”*

*“Muito. A criminalidade, Antes tinha problema de uns colocar revolver na cara do outro, dá tiro, agora diminuiu muito”*

*“Antes tinha tanto tiroteio que quando saia as 10 horas da noite corria o risco de tomar um tiro. Agora não tem mais”*

E também relatam mudanças que fazem referência às relações entre os jovens, tornando-as mais saudável e positiva, aumentando as amizades entre os jovens, favorecendo a formação de grupos e ocasionando a diminuição das brigas entre os jovens.

*“Os jovens começaram a participar das oficinas e ficaram mais divertidos”*

*“Os meninos ficaram mais amigos. Melhorou esses negocio de convivência”*

*“Jovens se reúne para ir para o projeto e não para brigar””*

*“Começou a conhecer mais gente, fazer amizade”*

*“Pessoas mais amigas”*

*“As pessoas mudaram. Ficaram melhores. Antes era muita briga”*

*“Vem muita gente legal”*

*“Menos brigas”*

Segundo a metodologia sistematizada em 2009 pelo Programa Fica Vivo!, os atendimentos são uma parte que constitui o eixo da Proteção social e são destinados a jovens de 12 a 24 anos visando favorecer a construção de modos de vida distintos do envolvimento direto com a criminalidade.

Dentro desta definição de atendimento existem especificidades que são diferenciações dos atendimentos que o programa se propõe a fazer. Acolhimento e encaminhamento da equipe técnica e da rede de proteção social, os atendimentos psicossociais, as oficinas, os projetos institucionais e locais, os multiplicadores e grupos de jovens.

### **Atendimentos:**

Na pesquisa realizada a maioria dos jovens (72%) declaram não ter sido atendidos diretamente pela equipe técnica do Programa.

**Tabela 21 – Atendimento pela equipe técnica**

<b>Você já foi atendido?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
------------------------------	----------	----------

Sim	40	27,6
Não	103	71,0
Não respondeu/não sabe	2	1,4
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

Os 28% dos jovens que declaram ter sido atendidos procuraram a equipe para:

- Saber de outras oficinas para participar ou para dizer das oficinas que participa.

*“Para entrar na oficina”*

*“Procurar outra oficina”*

*“Oficinas”*

*“Pedir para mudar o horário do curso e olhar outras oficinas”*

*“pra se inscrever”*

*“só pra se inscrever na oficina”*

*“pedir uma vaga no projeto”*

*“Fui dar opinião, reclamar, pedir ajuda”*

*“Conversei com uma técnica sobre o grafite. O que podia melhorar na oficina”*

*“reclamações”*

*“Buscar oficina”*

- Buscando encaminhamento para cursos. Alguns jovens nomeiam as oficinas oferecidas pelo programa como cursos.

*“Saber dos cursos que tinha”*

*“Foi de visita. Ficamos conversando”*

*“Pra encaminhar pra curso, como multiplicadora”*

*“informar sobre os cursos”*

*“Mediação, cursos”*

*“Curso”*

*“Procurar informação sobre cursos”*

*“Visitar e procurar cursos”*

- Buscar atendimento, orientação, encaminhamentos ou reuniões:

*“pra fazer identidade”*

*“Procurando cursos, conselhos, dificuldade em cara, orientação quando eu estava todo bagunçado”*

*“Reunião de multiplicadores”*

*“Com uma amiga”*

*“Conhecer”*

*“Uma reunião educativa”*

*“Tirar dúvidas”*

*“Buscar trabalho, escola”*

*“Procurar escola”*

Porém quando perguntados se existe algum espaço/lugar no Programa onde possa levar alguma questão pessoal para ser ouvida, a maioria declara que sim (52,8%).

**Tabela 22 – Espaço para dizer da questão pessoal**

<b>Identifica algum espaço?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	76	52,4
Não	68	46,9
Não respondeu/não sabe	1	0,7
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

E quando é pedido que descrevam qual é este lugar, a maioria identifica o oficinairo como a pessoa de referencia para dizer de suas questões pessoais e o espaço da oficina proporcionando este lugar. Sendo que os nomes que se destacam são de oficinairos que talvez consigam fazer a discussão a qual o programa se propõe e passar os objetivos do programa aos jovens atendidos.

*“Oficineiro”*  
*“Para a Lobinha” (oficineira)*  
*“Para o professor”*  
*“Pro Léo” (oficineiro)*  
*“Com o oficinairo Marcelo”*  
*“Oficineiro Seres”*  
*“Na oficina”*  
*“nas oficinas”*  
*“Na oficina do Elder”*  
*“oficina da Kênia”*  
*“na oficina de axé”*  
*“na oficina com o Bruno”*  
*“na oficina do DJ ló”*

Alguns poucos jovens relacionam o Núcleo de Prevenção a Criminalidade com este espaço.

*“Núcleo”*  
*“Na sede”*  
*“Núcleo, oficinairo”*  
*“nas palestras de sexualidade”*

Para entender os dados obtidos no questionário se torna necessário dizer novamente sobre as diferentes formas que o programa, através da sua metodologia, lança mão para atender os jovens através do eixo da proteção social.

Pelas respostas de alguns jovens que foram entrevistados percebe-se que um número significativo de jovens procuram a equipe técnica. Mas fica claro que são as oficinas o que mais orienta o encontro.

As oficinas são, segundo a metodologia do programa, uma outra forma de atendimento. “São estratégias de aproximação e atendimento aos jovens articuladas às características das áreas atendidas, tais como: aspectos criminais, culturais, sociais, históricos e geográficos”<sup>5</sup> e os oficinairos são as pessoas que as executam.

### **Oficineiros**

Segundo a metodologia “cabe ao oficinairo desenvolver a oficina de forma qualificada, ou seja, articular a transmissão do ofício aos objetivos que o Programa busca alcançar com a implantação da oficina”<sup>6</sup>

Foi então perguntado aos jovens qual seria a função do oficinairo a partir de suas percepções.

A palavra “ensinar” esteve muito presente na fala dos jovens. Ou seja, alguns jovens entendem que o espaço da oficina é somente para a prática e ensino do ofício.

*“Dá aula”*

*“Ensinar a gente”*

*“Tocar muito. Ser um profissional”*

*“Ensinar pra gente as coisas do Taekwondo”*

*“Ajudar as crianças a desenhar. Incentivar as crianças a serem grafiteiro com ele”*

*“Treinar”*

*“Ensinar, passar o que ela sabe”*

*“Ensinar a dança”*

*“Dar aula”*

*“Ensinar a dança para os jovens”*

---

<sup>5</sup> Metodologia do Programa Fica Vivo, 2009.

<sup>6</sup> Metodologia do Programa Fica Vivo, 2009.

*“Ensinar axé”*  
*“Passar o ofício”*  
*“Ensinar vôlei”*  
*“Passar o hip hop”*  
*“Treinadora”*

Porém, alguns jovens completam esta função de ensinar o ofício às orientações e conversas como também parte da rotina da relação jovem – oficinairo. Orientações sobre a vida, a escola e comportamento. Conselhos, apoio, incentivo, referência.

*“Dá aula, ensinar a gente, dá apoio”*  
*“Ensinar e orientar”*  
*“Ensinar, conversar sobre o esporte e outros. Abrir a cabeça dos jovens para a realidade”*  
*“Ensinar o ofício, dar atenção, saber escutar e a gente saber escutá-lo”*  
*“Ensinar a gente, educar. Tipo assim: aqui é a segunda casa”*  
*“Passar o que eles sabem pra gente”*  
*“Ensinar grafite. Dar conselhos para os alunos”*  
*“Passar os negócios: musica, dança. Conversar com a gente”*  
*“Ensinar nós. Virar amigo”*  
*“Ensinar a viver, passar experiência de vida”*  
*“Treinar, passar educação”*  
*“Ensinar, educar, orientar”*  
*“Disciplinar, ajudar, aconselhar”*  
*“Ajudar, influenciar no comportamento, ensinar”*  
*“Ajudar a gente a seguir um futuro na vida”*  
*“Ajudar os meninos serem melhores nas escolas, em todos os lugares”*  
*“Ajudar, orientar, conscientizar os jovens”*  
*“Ajudar, orientar, tirar os meninos da rua com disciplina”*  
*“Ajudar os jovens com suas dúvidas, problemas em casa e na rua, ensinar respeito”*  
*“Oferecer lazer e orientar sobre o dia a dia”*  
*“Amizade, orientando, abrindo a mente dos jovens”*  
*“Encaminhar, orientar, aconselhar”*  
*“Ensinar, educar, não falar palavrão, brigar”*  
*“Ensinar, conversar”*  
*“Dar explicações, querer sempre o melhor”*  
*“Ensinar, ajudar”*  
*“Ensinar, zelar pelo nosso melhor”*  
*“Passar tranqüilidade e ensinar”*  
*“Educativa”*  
*“Ensinar, dar exemplo, ensinar respeito e garantir um futuro melhor”*  
*“Incentivar os alunos”*  
*“Além de ensinar, orienta sobre perigos”*  
*“Aconselhar quando necessário”*  
*“Ensinar o ofício e orientação”*  
*“Orientar os jovens”*



*“Orientar os jovens nas oficinas, enviando eles para as oficinas”*  
*“Passar orientação aos alunos, passar a filosofia do programa que é retirar das ruas”*  
*“Ensinar, falar o que não deve fazer, cobrar escola”*  
*“Dar opinião de várias coisas”*  
*“Ensinar o ofício e tirar os jovens da rua”*  
*“Incentivar alunos a fazer coisa boa, ir bem na escola”*  
*“Ensinar a pessoa a ser alguém na vida”*  
*“Educar os jovens, ensinar, incentivar”*  
*“Educar, multiplicar, formar jovens com opinião”*  
*“Formar um grupo de atletas consciente, educada”*

A relação com a segurança pública, ou que diz respeito ao envolvimento a criminalidade, aparecem em algumas falas. Falas que estão muito próximas das diretrizes da metodologia do Programa.

*“Ensinar o que eles sabem e ensinar sobre a vida. Ficar longe do crime”*  
*“Tirar o jovem da situação que ele está passando. Por exemplo se tiver usando droga, se não tiver estudando, arranjar um lugar pra ele”*  
*“Ensinar os alunos, incentivar nós a não fazer coisa errada. Eu mesmo sai do crime por causa do Seres (oficineiro)”*  
*“Instruir o jovem para o mundo certo, orientar o jovem a fazer a coisa certa, a respeitar os pais. Não sair com pessoas de má influência. Estar disponível para o jovem conversar com ele, ser amigo, orientar”*  
*“Conseguir tirar os jovens do mundo das drogas”*  
*“Ensinar. Passar a experiência dele para as pessoas”*  
*“Ensinar as crianças como é o esquema do Fica Vivo. o que ele pode fazer por nós”*  
*“Ensinar. Guiar o aluno nos caminhos que deve seguir, etc”*  
*“Da aula, mostrar a realidade da vida. Ajudar a gente, quando precisa dando a opinião nele”*  
*“Defender os jovens, orientar para não se envolver com a criminalidade”*  
*“tentar mudar alguma coisa, ensinar”*  
*“Incentivar, apoiar, orientar a não entrar no mundo do crime através do Fica Vivo”*  
*“Ensinar, orientar para uma coisa melhor, tirar os jovens do caminho errado”*  
*“Educar os jovens para não ficar na criminalidade”*  
*“Ensinar a lutar e incentivar a sair da criminalidade”*  
*“Ensinar o caminho certo, a não envolver com a criminalidade, a ter uma vida descente”*

A discussão em torno da percepção dos jovens sobre os objetivos das oficinas ou da função do oficinairo se torna importante principalmente para a construção do que seja o imaginário dos jovens sobre o Programa Fica Vivo na região onde moram. Existe o receio de que estes jovens não entendam o espaço da oficina, ou que reconheçam este espaço direcionado somente à prática do ofício, porém essa discussão é sempre muito tratada pela equipe técnica com os jovens e principalmente orientando o trabalho dos oficinairos.

Pela fala dos jovens percebeu-se que alguns dão conta de dizer dessas funções dos oficinairos, alguns mais diretamente falando de prevenção, de intervenções em relação ao envolvimento com a criminalidade e outros dizem a partir de suas percepções, como por exemplo, onde recebem conselhos, orientações e ajuda.

Outra discussão importante é a respeito da percepção de que os oficinairos não “dão conta de discutir sobre segurança pública” já que este é um tema recente, a partir da década de 90, na agenda pública. E principalmente por ser algo novo na discussão da rede na comunidade do Palmital e região, onde a maioria dos oficinairos mora.

Existe a necessidade de qualificação, de capacitações constantes sobre este tema. Essas capacitações também privilegiam temáticas pertinentes a vivência dos jovens e do oficinairo em seu cotidiano, tais como: juventude, violência, polícia, cidadania, pertencimento étnico-racial, questões de gênero, entre outros.

### **Trabalho em rede**

O trabalho em rede é parte da metodologia do Programa como uma forma de atendimento e encaminhamento no eixo da proteção social.

Segundo a metodologia “o Programa parte do pressuposto que uma estrutura de atendimento público já existe (...). Os centros de saúde e as escolas são, por exemplo, equipamentos que representam essas instituições.”<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Metodologia do Programa Fica Vivo, 2009.

De acordo com as repostas dos jovens ao questionário, a parceria com as escolas é um pouco mais visível (47,6%). Isso pode estar relacionado ao fato de que muitas oficinas acontecerem no espaço das escolas e também pela boa relação construída para realização de eventos e ações que envolvam o Programa Fica Vivo! e as escolas da região.

**Tabela 23 – Ação/evento em escolas da região**

<b>Participou?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	69	47,6
Não	76	52,4
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

Em relação aos postos de saúde viu-se que a maioria dos jovens não participou de eventos ou ações que envolvessem essa parceria com o Programa. Talvez a realidade dos atendimentos de saúde no município explique essa questão. Principalmente na região onde o programa está implantado, a dificuldade em relação ao atendimento na área de saúde é visível e sempre dito pelos jovens e pela comunidade em geral que é atendida no Núcleo de Prevenção.

No ano de 2008 foi possível realizar alguns avanços importantes nesta relação pelo fato da gerente do posto de saúde da região que se instalou próximo ao Núcleo de Prevenção permitir uma aproximação interessante, o que facilitou durante este ano algumas ações e encaminhamentos para a área da saúde. Porém no ano de 2009 todos os profissionais dos postos de saúde foram trocados e ainda não foi possível reaproximar deste parceiro já que a relação estava na pessoa da gerente do posto e não na “instituição saúde” do município.

**Tabela 24 – Ação/evento em postos de saúde**

<b>Participou?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	12	8,3
Não	127	87,6
Não respondeu/não sabe	6	4,1
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

Em relação ao encaminhamento para cursos ou para o mercado de trabalho através do Programa Fica Vivo! a maioria dos jovens (77,1%) declaram não ter sido encaminhados, através do programa, para cursos ou para o mercado de trabalho.

Apesar do encaminhamento para o mercado de trabalho ser muito discutido para intervenções com os jovens atendidos pelo programa, este não tem em sua metodologia este tipo de encaminhamento como diretriz de atendimento.

**Tabela 25 – Encaminhamento para cursos**

<b>Já foi encaminhado?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	33	22,8
Não	111	76,6
Não respondeu/não sabe	1	0,7
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

22,8 % dos jovens que declaram ter sido encaminhados para cursos, quando é pedido que digam sobre quais seriam estes cursos, fica claro que são, na maioria, aqueles que o próprio programa oferece na comunidade, como por exemplo, a Oficina de Informática.

Estes cursos são oferecidos numa parceria do Programa com algumas escolas de informática da região que disponibilizam horários e atendimentos específicos e pautados na metodologia do programa para jovens encaminhados pela equipe técnica.

*“Informática”*  
*“Informática básica”*  
*“Computação”*  
*“Informática”*

### ““Digitação”

Os outros cursos que aparecem nas respostas dos jovens foram oferecidos por uma instituição parceira do Programa – Aprecia. Os jovens são atendidos e encaminhados pela equipe técnica do programa para realizar primeiramente os cursos básicos que são: vida e valores e educação para o mercado de trabalho. Posteriormente, quando surgem vagas, são direcionados pela instituição a cursos profissionalizantes ou ao mercado de trabalho formal.

*“Telemarketing e educação para o trabalho”*

*“Telemarketing”*

*“Auxiliar Administrativo “Operador de Telemarketing e Aperfeiçoamento Administrativo”*

*“Telemarketing, educação para o trabalho e vida e valores”*

*“Auxiliar administrativo, telemarketing”*

*“Vida e valores- Aprecia e Mecânica”*

*“Telemarketing- Aprecia”*

*“Aprecia”*

### **Relação Proteção social – Polícia**

Em relação ao GEPAR, o Grupamento Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco, que é parte da metodologia do Programa Fica Vivo, tanto no eixo da proteção social quanto da intervenção estratégica, a maioria dos jovens (72, 2%) declara não saber o que é o GEPAR.

**Tabela 26 – GEPAR**

<b>Você sabe o que é?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	40	27,6
Não	104	71,7
Não respondeu/não sabe	1	0,7
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

Cerca de 27,8% dos jovens disseram saber o que é o GEPAR e relatam na maioria das respostas como sendo “polícia”. Alguns fazem relação ao tipo de veículo diferenciado utilizado pelo policiamento da região.

*“Carro de policia, diferente dos outros”*  
*“Carro de policia”*  
*“Jipe”*  
*“Conheço o carro. Grupo Especializado para área de risco”. “Tem parceira com o Fica Vivo”*  
*“Estar nos lugares mais acidentados da região”*  
*“carro de policia”*  
*“Viatura de policia”*

Quando perguntados se o Programa Fica Vivo favorece a relação do jovem com a polícia, a maioria dos jovens, em torno de 55,9%, declara que sim.

E para a questão referente à participação em ações/eventos do Programa com a polícia, 89,7% dos jovens disse que não.

**Tabela 27 – Relação jovem-polícia**

<b>O Programa favorece?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	81	55,9
Não	64	44,1
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

**Tabela 28 – Ação/evento com a policia**

<b>Participou?</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	9	6,2
Não	130	89,7
Não respondeu/não sabe	6	4,1
Total	145	100,0

FONTE: Questionário aplicado na pesquisa

É interessante que o desconhecimento do que seja o Grupamento e a não participação da maioria dos jovens em ações/eventos que o programa tenha feito com a polícia soam contrárias ao que aparece na questão referente a aproximação na relação jovem-polícia.

Analisa-se que “lugar da polícia” também é declarado a partir de um entendimento subjetivo dos jovens, ou seja, a imagem da polícia está relacionada com a representação da legalidade, da “coisa certa”, de optar pelo caminho correto que não da marginalidade.

E, dessa forma, pode-se entender que dizer que o Programa favorece a relação do jovem com a polícia é a partir do momento que entendem a “polícia” de maneira subjetiva. Não conhecem o grupamento que é ligado ao Programa, mas por identificarem o programa, como foi visto, como um lugar para tirar o jovem da rua, que os oficinairos dão orientações sobre a vida, comportamentos, ou seja, os direcionam para uma vida “fora do crime” e o favorecimento propiciado do programa com a polícia seria entendido mais com a aproximação da “legalidade” da escolha pelas “coisas certas”.

### **Sugestões para ações do Programa**

Ao final do questionário foi aberto ao jovem a possibilidade de dar sugestões para ações ou intervenções do programa na região onde moram.

- Muitos jovens dão sugestões relacionadas às oficinas do Programa. Como aquisição de instrumentos e material para prática dos ofícios.

*“Melhorar o espaço onde acontece a oficina. Melhorar o policiamento. Fazer uma praça pra criança brincar”*

*“Não existir faixa de idade pra participar da oficina”*

*“Não estipular idade para os programas”*

*“Parceria com a polícia, mais policiamento nas ruas”*

*“Ter um espaço próprio do Fica Vivo na comunidade”*

*“Treino de futebol para as meninas - especial”*

*“Curso de informática na comunidade”*

*“Comprar mais instrumentos para oficina e apresentar mais”*

*“Dar joelheira para dançar”*

*“Fazer mais eventos nas escolas. Na minha escola não acontece nada”*

*“Uniformes para as equipes”*  
*“Tampar a quadra do setor 6”*  
*“Dar uniforme de treino”*  
*“Mudar a educação, respeito uns com os outros, entre os jovens”*

- Outros sugerem a ampliação do número de oficinas na comunidade. Sugerindo algumas temáticas.

*“Colocar oficinas em mais lugares”*  
*“Uma oficina da minha rua”*  
*“Queria fazer o curso de manicure”*  
*“Podia arranjar mais uma oficina de grafite pra gente”*  
*“Voltar oficina de percussão”*  
*“Fazer curso de basquete na quadra”*  
*“Ter mais palestras sobre criminalidade, policia”*  
*“Oficina de Rap”*  
*“Ginástica olímpica”*  
*“Oficina de forró”*  
*“Oficina de forró”*  
*“Forró”*  
*“Oficina de forró, curso de cabelereiro”*  
*“Uma oficina pra mim”*  
*“Oficina de natação”*  
*“Capoeira”*  
*“Oficina que trabalhe com os direitos das pessoas. Direitos Humanos”*  
*“Curso de cabeleireiro”*  
*“Curso de reciclagem”*  
*“Melhorar mais, ter mais esporte”*

- Alguns sugeriram a realização de eventos.

*“Gincana”*  
*“Mais eventos”*  
*“Ter mais eventos. Jovens gostam de sair. Ia incentivar mais gente”*  
*“Grafitar os muros da comunidade para acabar com as pichações e mostrar o objetivo do Fica vivo para todo mundo”*  
*“Publicar, divulgar mais”*  
*“Mais estímulo, campeonato para estimular”*  
*“Oficinas, maior numero, mais eventos do Fica Vivo!”*  
*“Mais eventos de Hip hop”*  
*“Uma festa para interagir, um encontrão com palestras”*  
*“Mais campeonatos”*



## **Considerações Finais**

O contexto atual do aumento de vitimização dos jovens brasileiros exigiram novas alternativas e as Políticas Públicas de Prevenção ao Crime e à violência se tornam necessárias e urgentes. No Estado de Minas Gerais essas políticas surgem em resposta a este complexo fenômeno.

Os agentes públicos se vêem diante da necessidade de pensar o problema da criminalidade e a realidade de violência que se apresenta no país de forma mais consistente pode ser entendida como fruto, principalmente, de questões estruturais da realidade do país.

Alves (2008) comenta que é recente no Brasil a preocupação com o desenho de ações voltadas para as Políticas de Segurança que não se limitem à ação policial, constituindo uma nova linha de estudo, situando a Segurança Pública no campo das Políticas Públicas e mais ainda, associando-as a Políticas Sociais.

Corroborando com essa perspectiva, fica claro que o foco do Programa de Controle de Homicídios – Fica vivo! do Estado de Minas Gerais são os jovens. Para entender melhor o foco dessa política, se torna importante problematizar sobre o que chamamos de jovens, explicitando melhor o conceito de juventude, mas principalmente lançar mão das condições efetivas da vivência da condição juvenil para esses jovens.

Nesse sentido, esse trabalho buscou entender os vínculos desta juventude que aparece nos jornais, pesquisas e dados recentes relacionados à criminalidade, deixando de lado o olhar restrito sobre uma determinada época da vida para direcionar a idéia de condição juvenil apresentando-se marcada por desigualdades de ordens distintas - sociais, políticas, econômicas e culturais.

Dizer da realidade da comunidade do Palmital, na qual esses jovens estão, se torna necessário. A imagem estigmatizada é de uma comunidade violenta, sem equipamentos públicos, com escolas precárias, falta de oportunidades. No entanto, quando temos um olhar

mais atento, essa imagem é contraposta e nos deparamos com uma comunidade extremamente rica nas suas histórias de vida.

Buscando identificar o perfil dos jovens atendidos pelo Programa Fica Vivo na região do Palmital, objetivo deste trabalho, verificou-se que os jovens entrevistados são em maioria do sexo masculino, com a faixa etária de 12 a 18 anos, negros. Informações que vão ao encontro de dados oficiais divulgados sobre autores e vítimas da violência do nosso país.

São solteiros e a maioria entrevistada não tem filhos. A maioria possui algum documento principalmente a certidão de nascimento e carteira de identidade e estão estudando. Esse dado pode indicar um movimento de inserção ou inclusão na sociedade através do reconhecimento destes jovens como cidadãos.

Em relação à composição familiar a maioria dos jovens moram com os pais ou em famílias que tem a mãe como “chefe familiar”, com mais de quatro pessoas, em moradias declaradas pelos jovens como próprias, porém a discussão em torno das áreas de invasão é muito importante. A renda familiar declarada pelos jovens é de até 1000 reais e a maioria dos jovens não exerce no momento algum tipo trabalho remunerado. Aqueles que disseram exercer declaram, na sua maioria, atividades informais.

Nas primeiras questões relacionadas à segurança pública, criminalidade e violência percebeu-se que a maioria dos jovens, apesar de declararem não estar diretamente relacionados a criminalidade ou terem sido presos, dizem que conhecem pessoas que são diretamente envolvidas é esta informação aparece com um número muito expressivo. Sabemos que essa é uma realidade da comunidade pesquisada, mas fica claro que estes jovens entrevistados e atendidos pelo programa, mesmo que não sejam envolvidos com a criminalidade, estão ligados a esse fenômeno e certamente sofrem interferência da dinâmica criminal em suas vidas.

Neste ponto é importante ressaltar novamente o lugar que o programa ocupa. Fazer parte da política de prevenção à criminalidade do Estado de Minas Gerais requer que as ações sejam também direcionadas a este público – prevenção primária – que, se não é diretamente

ligado, está “atravessado” pelas questões referentes ao aumento do número de eventos violentos no nosso país. Isso deve ser pensado, sem, no entanto, perdermos o foco no público alvo: jovens envolvidos com a criminalidade.

Porém, será que estes jovens participam das oficinas? Será que o envolvimento permite que eles façam parte de outros grupos, ou que busquem algum tipo de atendimento para discutir estas questões?

Um viés de análise acredita que o programa estar disponível para esse público, a simples existência de um programa como o Fica Vivo! dentro da comunidade, próximo aos jovens através das oficinas e dosicineiros, dos atendimentos psicossociais, possibilitando a criação de vínculos e criando espaços nos quais os jovens possam dizer de si, apresenta avanços na discussão da Segurança Pública. Devemos pensar também na configuração desses atendimentos enquanto uma política de estado, o que diz de uma proximidade, mesmo que preliminar, entre a comunidade e o poder público a partir de um outro olhar que não o da lógica repressiva.

Ao analisar o que os jovens dizem em relação ao espaço das oficinas, à figura dosicineiros e também ao lugar onde podem estar que não o da “a rua”, nos faz acreditar em avanços que poderão ser vistos talvez nos anos que seguirão.

Pensando nas ações e intervenções que são possíveis hoje em dia pelo programa pergunta-se como estes caminhos ou alternativas podem ser construídos pelos jovens apoiados por esta política. Quais caminhos possíveis já foram construídos por estes jovens já envolvidos, que não podem circular pela comunidade pelas “guerras” e conflitos declarados entre regiões, que pararam de estudar por opção ou por falta, não possuem qualificações para inserção no mercado de trabalho, pertencentes a famílias desestruturadas?

Existem caminhos? As oficinas podem ser vistas como um fim, ou seja, como o único encaminhamento possível para inserção dos jovens que aparecem buscando outras alternativas?

Em relação à percepção dos jovens sobre o Programa Fica Vivo! percebe-se que estes podem até não conseguir dizer de forma literal quais são os objetivos do programa, mas conseguem reconhecer na figura do oficinairo uma referência, ou no espaço da oficina um “outro lugar” que não as ruas, a marginalidade, a criminalidade e que possibilite a discussão sobre a criminalidade e violência da região onde mora.

Algumas questões se tornam muito relevantes quanto pensamos na análise do efeito do Programa em algumas regiões. Entender o lugar que estas oficinas estão ocupando nas comunidades onde o Programa está instalado, a importância da figura dos oficinairos para os jovens, discutir as várias alternativas que estão sendo construídas nos espaços do Programa, nos atendimentos, nos encontros com a equipe técnica, com a rede parceira, pelos oficinairos ou pelos próprios jovens.

Fica claro que este trabalho é um estudo preliminar. E que as análises apresentadas, muito mais que construir uma realidade estanque, pretendem sinalizar a necessidade de construir pesquisas aprofundadas e sistemáticas sobre essa realidade e sobre o trabalho que está sendo desenvolvido pelo Programa Fica Vivo em algumas comunidades do Estado de Minas Gerais.

## Referências Bibliográficas

ALVES, Márcia Cristina. Programas de prevenção à criminalidade: dos processos sociais à inovação da Política Pública. A experiência do Fica Vivo. 2008.

BATITUCCI, C. Eduardo. Políticas de Segurança Pública e evolução institucional do Sistema de Justiça Criminal Brasileiro: problemas e perspectivas. NESP – Núcleo de Estudos em Segurança Pública do Centro de Estudos de Políticas Públicas da Fundação João Pinheiro. 2008

BEATO, C. Estudo de caso “Fica Vivo” Projeto Controle de Homicídios em Belo Horizonte – In: Programa de Gestão Local de Prevenção do crime e da violência em áreas urbanas da America Latina – Publicação do Banco Mundial. São Paulo. (2005)

CÂMARA, Paulo Sette. Defesa social e segurança pública. Belém (PA) · 18/6/2007 Disponível no site: <http://www.forumseguranca.org.br/artigos/lista.php?page=3>. Visitado em 20 de janeiro de 2009.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão e; PASINATO, Maria Tereza e KANZO, Solange. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. Última Década, nº 21, Valparaíso, Diciembre 2004, PP. 11-50.

DAYRELL, Juarez . O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 5/6, n. 24, p. 40-52, 2003.

DAYRELL, Juarez . O rap e o funk na socialização da juventude. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 28, n. 01, p. 117-136, 2002.

DAYRELL, Juarez ; REIS, Juliana Batista . Juventude e Escola: reflexões sobre o ensino da Sociologia no Ensino Médio. In: Alice Plancherel; Evelina de Oliveira. (Org.). Leituras sobre Sociologia no Ensino Médio. Maceió: EDUFAL, 2007, v. 1, p. -.

DINIZ, Vânia. Relatório mensal Programa Fica Vivo. 2007

FÈRES, Ludmila F. Fica Vivo: Uma política de Defesa Social a céu aberto. Disponível em [www.elocidadania.org.br](http://www.elocidadania.org.br) .Visitado em 15 de junho de 2008.

FONSECA, Sandro Lúcio. Defesa Social: de Adolfe Prins a Minas Gerais · Governador Valadares (MG). Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/artigos/defesa-social-de-adolfe-prins-a-minas-gerais>. Visitado em XX de XXXX de XXXXX.

GOMES, Luiz Flávio. Jovencídio. Jovens latinoamericanos são os que mais matam e mais morrem. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 2130, 1 maio 2009. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12739>>. Acesso em: 22 fevereiro 2009.

LEITE, Lima Fabiana. A intervenção estratégica como ação de prevenção social da criminalidade. In: Revista da Intervenção Estratégica. Publicação da Secretaria do Estado de Defesa Social de Minas Gerais. 2008

MAGNANI, José Guilherme Cantos. *Rua, símbolo e suporte da experiência urbana*. Cadernos de História de São Paulo, 2, jan/dez, de 1993. Artigo disponível em <http://www.n-a-u.org/ruasimboloesuporte.html> acessado em 10 de julho de 2009.

MINAS GERAIS. Decreto n.43.334, de 20 de maio de 2003. Cria o Programa Controle de Homicídios do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais Diário do Executivo. Belo Horizonte, 21 de maio 2003.

PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS – FICA VIVO! Secretaria de Estado de Defesa Social. Superintendência de Prevenção à Criminalidade. Diretoria de Promoção Social da Juventude. Belo Horizonte. Junho 2009.

RUA, M.G. “As políticas públicas e a juventude nos anos 90”. In: BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998.

SILVEIRA, Andréa Maria. Prevenindo homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DOUTORADO EM CIÊNCIAS HUMANAS. Belo Horizonte. Junho de 2007. Disponível em [http://www.crisp.ufmg.br/tese\\_andrea.pdf](http://www.crisp.ufmg.br/tese_andrea.pdf) acessado em 03 de julho de 2008

SPOSITO, M. P; CARRANO, P. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: ANPED. Revista Brasileira de Educação. 2003

SPOSITO, M. P. . Juventude e Educação. Educação em Revista (UFMG), Belo Horizonte, v. 26, p. 7-14, 1999.

Texto-Base 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Ministério da Justiça – Brasília. 2009.

# ANEXOS

## Questionário para o público atendido do Programa Fica Vivo! Palmital

1. Oficina (s) que participa:

\_\_\_\_\_

2. Está a quanto tempo participando do Programa Fica Vivo? \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_anos \_\_\_\_meses)

3. Sexo:

- Masculino  
 Feminino

4. Idade:

- 12 a 14 anos  
 15 a 18 anos  
 19 a 24 anos

5. Raça/ Cor

- Amarelo  
 Branco  
 Pardo  
 Preto  
 Indígena

6. Estado Civil

- Solteiro  
 Casado  
 Outro \_\_\_\_\_

7. Você possui algum documento?

- Não  
 Sim

8. Caso sim, quais?

- Certidão de nascimento  
 Alistamento Militar  
 Carteira profissional  
 Título de eleitor  
 Carteira de Identidade  
 CPF

9. Têm filhos?

- Não  
 Sim . Quantos? \_\_\_\_\_

10. Está estudando?

- Sim, qual série? \_\_\_\_\_  
 Não, parou em qual série? \_\_\_\_\_

11. Quantas pessoas moram na mesma casa que você?

- 0 a 1 pessoa  
 2 a 3 pessoas  
 4 a 5 pessoas  
 Mais de 5 pessoas

12. Composição familiar:

- Mora com os pais  
 Somente com a mãe  
 Com os avós  
 Mora sozinho  
 Outro \_\_\_\_\_

13. Qual a renda total no seu domicílio? (contando com todos os que moram na mesma casa)

- Até 465 reais  
 De 465 a 1000 reais  
 Acima de 1000 reais

14. Você exerce, no momento, algum trabalho remunerado?

- Não  
 Sim . O que? \_\_\_\_\_

15. Tipo de habitação

- Invadida  
 Alugada  
 Própria  
 Cedida

16. Você cumpre ou cumpriu alguma medida sócio-educativa?

- Não  
 Sim, qual? \_\_\_\_\_

17. Você Já esteve preso?

- Sim  
 Não

18. Você conhece alguém que seja envolvido com a criminalidade?

- Sim  
 Não

19. Você já teve algum envolvimento com a criminalidade?

- Sim  
 Não

20. Como você ficou sabendo do Programa Fica Vivo?



- Amigos
- Família
- Vendo as Oficinas
- Outro \_\_\_\_\_

21. Você sabe quais são os principais objetivos do Programa Fica Vivo?

- Não
- Sim

22. Na sua opinião, quais são os principais objetivos do programa Fica Vivo? (perguntar livremente e adequar a resposta às alternativas)

- Ocupação do tempo
- Reduzir o número de homicídios
- Fortalecer a organização da comunidade local
- Prevenção da Criminalidade
- Programa de polícia
- Oferecer Esporte/Lazer/Cultura
- Ensinar um ofício para os jovens
- Outro.

23. Você identifica alguma mudança após a chegada do Programa na comunidade?

- Não
- Sim, quais?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

24. Você já foi encaminhado para cursos ou para o mercado do trabalho através do Programa?

- Não
- Sim, qual?

\_\_\_\_\_

25. Você sabe o que é o GEPAR?

- Não
- Sim. Neste caso, o que é o GEPAR para você?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

26. Você acredita que o Programa favorece a relação do jovem com a polícia?

- Não
- Sim

27. Você já foi atendido pela equipe técnica do Programa Fica Vivo?

- Não

Sim, neste caso qual o motivo o levou a procurar a equipe?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

28. Você já participou de alguma ação/evento do Fica Vivo em parceria com:

28.1. Escolas da região?

- Não
- Sim

28.2 Postos de saúde?

- Não
- Sim

28.3 Com a polícia?

- Não
- Sim

29. Na sua opinião, existe algum espaço no Programa onde você possa levar alguma questão pessoal para ser ouvida?

- Não
- Sim, onde? \_\_\_\_\_

30. Na sua opinião, qual tipo de violência/crime mais freqüente no seu bairro? (talvez manter aberta e pedir 3 no mínimo?)

- Roubo/Arrombamento
- Violência no trânsito
- Violência Policial/Abuso de Autoridade
- Assalto a pedestres
- Assassinato
- Violência doméstica/Agressão
- Vandalismo/Brigas
- Droga nas escolas
- Uso de droga/Tráfico
- Violência sexual
- Briga de Gangues

31. Na sua opinião, qual a principal função do oficinairo?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

32. Se você pudesse sugerir alguma ação para o Programa Fica Vivo! Qual seria?

---

---

---

---

---

## Termo de livre consentimento e esclarecimento dos/as participantes da pesquisa

A pesquisa “Perfil dos jovens atendidos pelo Programa Fica Vivo – Palmital” é realizada pela pós-graduanda do curso de Especialização em Políticas Públicas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas- UFMG, Fernanda de Paula Carvalho, orientada pela mestre Ana Amélia Laborne.

Trata-se de uma pesquisa de cunho quantitativo que busca conhecer e analisar o perfil dos jovens atendidos pelo Programa Fica Vivo.

Os dados coletados na pesquisa além do compor o texto na monografia da especialização da pós graduanda, poderão ser utilizados pela mesma na escrita de artigos e trabalhos científicos.

Os participantes da pesquisa o fazem por vontade espontânea e são livres para, a qualquer momento que desejarem e em qualquer fase da pesquisa, recusarem a participar ou retirarem seu consentimento de participação, sem qualquer prejuízo dos mesmos e à pesquisadora. É garantido também o anonimato dos sujeitos envolvidos nessa pesquisa.

Diante desses esclarecimentos, gostaria de convidá-lo a participar dessa pesquisa.

Eu \_\_\_\_\_ declaro que li este documento e conheci o Projeto de Pesquisa da pós graduanda Fernanda de Paula Carvalho. Entendi as informações fornecidas e sinto-me esclarecida a participar da pesquisa, dando o meu consentimento livre e esclarecido.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_